

António Carlos da Luz Correia

O Tempo e as Temporalidades da Escola em Portugal

(Séculos XVIII-XX)

Prefácio de
António S. Nóvoa

estratégias criativas

SUMÁRIO

PREFÁCIO António S. Nóvoa	7
INTRODUÇÃO RAZÃO DE SER E GÉNESE DE UM LIVRO SOBRE O TEMPO ESCOLAR	11
1. A SOCIALIZAÇÃO NO TEMPO E A PRODUÇÃO DAS TEMPORALIDADES	15
2. A CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO EDUCATIVO DA ESCOLA: O TEMPO ESCOLAR AINDA À PROCURA DE UMA IDENTIDADE	23
3. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO ESCOLAR E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA NOVA ORDEM TEMPORAL	31
4. A MEDICALIZAÇÃO DAS TEMPORALIDADES ESCOLARES	71
5. AS TEMPORALIDADES DOS SABERES NA FABRICAÇÃO DA ESPESSURA DO TEMPO ESCOLAR	89

6.		
REINVENTAR A ESCOLA, CONSTRUIR UM NOVO TEMPO ESCOLAR		99
Bibliografia		103

PREFÁCIO

Em memória de Marie-Madeleine Compère, notável historiadora da educação, que, também se dedicou ao estudo do tempo escolar.

Talvez a melhor maneira de contar a história da escola seja de relógio na mão. O modelo escolar, que se consolida em todo o mundo a partir de meados do século XIX, organiza-se a partir da definição de um espaço, de um tempo e de uma acção.

Nesta altura, começam a construir-se os primeiros edifícios escolares, delimitando um espaço institucional, distribuído fundamentalmente em torno de “salas de aula”. Mais importante ainda, define-se um tempo que passa a organizar a vida da escola, mas também o quotidiano dos alunos e os ritmos da sociedade. Neste espaço e neste tempo, realiza-se uma acção pedagógica, marcada pelas lições de um professor a uma turma de alunos.

Centremo-nos apenas em três andamentos da dimensão “tempo”.

Primeiro andamento: o ano escolar

A partir do século XIX, os diversos países vão impondo, progressivamente, a obrigatoriedade escolar. Primeiro, para as crianças, entre os seis e os nove/dez anos. Depois, para as crianças mais velhas, para os adolescentes e para os jovens. Recentemente, para as crianças mais pequenas e para os bebés.

É um longo processo histórico, que estabelece um calendário escolar anual, a partir do qual se organiza a vida das crianças e dos jovens nas sociedades dos séculos XX e XXI. No princípio, este calendário está muito dependente dos ritmos agrícolas, tal é a importância do trabalho das crianças para as famílias. Mas, a pouco e pouco, adquire a sua própria autonomia e, em pleno século XX, é o calendário escolar que se torna dominante na forma como a sociedade organiza o

seu tempo. As férias são apenas um exemplo, entre muitos outros, da influência do tempo escolar no tempo familiar.

Segundo andamento: o dia escolar

No início do processo de escolarização, os alunos passavam poucas horas por dia na escola e a organização do tempo era relativamente flexível. A partir da segunda metade do século XIX, este horário aumenta, progressivamente, enquanto a matriz do tempo se torna mais rígida.

Na transição do século XIX para o século XX, torna-se muito popular o conceito de educação integral, é utilizado de duas maneiras distintas: por um lado, para referir um processo educativo aberto a todas as dimensões do ser humano (intelectuais, cognitivas, afetivas, motoras, artísticas, etc.); por outro lado, para defender a ideia de mais tempo na escola ou, até mesmo, de uma escola em regime de internato (recorde-se que o movimento da Educação Nova privilegia, no início do século XX, os internatos no campo).

É este segundo significado que aqui nos interessa. Ao longo do século XX, as crianças e os jovens foram passando cada vez mais tempo na escola. E, em Portugal, o século XXI iniciou-se com políticas de “escola a tempo inteiro”. Na verdade, década após década, o dia-a-dia das famílias, os horários de trabalho e a vida nas cidades passa a organizar-se, cada vez mais, com base nos horários escolares. O ritmo social é definido pelo ritmo escolar.

Terceiro andamento: o horário escolar

O dia escolar é repartido em horas, tipicamente com 50 minutos de aulas e 10 minutos de intervalo. É uma organização do tempo que se consagra no final do século XIX e que encaixa perfeitamente numa lógica curricular baseada em disciplinas ensinadas sequencialmente.

É-nos difícil imaginar a imensidão de textos que foram escritos, sobretudo por médicos, também por psicólogos e higienistas, sobre o tempo de cada aula, a importância dos intervalos, os momentos do dia em que as crianças estão com mais atenção ou aqueles em que podem ter mais problemas de concentração. Toda essa literatura estabilizou uma prática que, no essencial, se reproduz até aos dias de hoje.

Claro que também não se pode ignorar a influência do taylorismo, e da “organização racional do trabalho”, no momento histórico em que se consolida e expande em todo o mundo o modelo escolar.

Estas três dimensões do tempo – o ano, o dia e a hora – facilitam uma determinada utilização do espaço e favorecem uma forma específica de acção docente. O modelo escolar é, em grande parte, definido pelo tempo e pela maneira como se estabelecem regras e comportamentos, no interior e no exterior do recinto escolar.

É disto que nos fala António Carlos Correia, neste livro muito importante, escrito com sabedoria e rigor histórico, sobre O tempo e as temporalidades da escola em Portugal (séculos XVIII-XX). O autor pensa o tempo e as temporalidades na sua relação com o processo de escolarização e a produção do modelo escolar, sobretudo no decurso do século XIX. No capítulo final, reflecte sobre a possibilidade de uma reinvenção da escola a partir de uma nova concepção do tempo. É uma conclusão de grande pertinência, no momento em que a escola está a viver um processo de metamorfose, isto é, de mudança da forma escolar fixada na segunda metade do século XIX.

Não há melhor maneira de pensar a metamorfose da escola do que a partir de um novo entendimento do tempo. Se alterarmos o calendário escolar anual, se repensarmos o tempo diário de presença dos alunos na escola ou se organizarmos de outro modo os horários escolares, estaremos, inevitavelmente, a tocar nas bases do modelo escolar, desde a relação com as famílias à inserção da escola na sociedade, desde a distribuição do trabalho docente à organização dos currículos, desde as dinâmicas pedagógicas da sala de aula aos processos de aprendizagem.

Talvez tudo esteja no tempo. No dia em que o tempo escolar se libertar dos relógios, abrir-se-ão novas possibilidades para pensar a escola.

António S. Nóvoa
Paris, 24 de Janeiro de 2019

INTRODUÇÃO

Razão de ser e génese de um livro sobre o tempo escolar

Com este livro pretendo lançar pistas para a compreensão da complexidade do tempo escolar enquanto objeto de estudo. Ao estudar o percurso histórico e sociológico da sua constituição enquanto uma realidade social dotada de uma identidade própria, suportada por um conjunto de atividades, espaços e ocupações profissionais específicas, fui-me apercebendo da sua enorme complexidade mas também da extraordinária capacidade de criar relações entre dimensões distintas e desvendar nexos ocultos no entendimento da escola e da escolaridade.

A abordagem da temática do tempo requer a sua articulação com o contexto em que a pretendemos estudar. Não encontro melhor forma de caracterizar o fulcro da problematização do presente trabalho em torno do tempo escolar do que ter sempre em mira a excelente síntese que João Barroso faz da dicotomia da escola enquanto instituição e da escola enquanto organização:

“... a escola, cada escola em particular, constitui uma organização específica sujeita a constrangimentos externos e dinâmicas internas que, por um lado, a inscrevem num «programa institucional» comum (a educação como forma de socialização, conversão da criança do jovem em aluno e cidadão) e, por outro lado, as diferenciam em função dos diversos contextos locais e do jogo estratégico dos atores” (Barroso, 2007: 154).

É da compreensão da tensão entre o percurso de institucionalização do modelo escolar e das soluções organizacionais que foram sendo ensaiadas e/ou impostas que se torna inteligível o que é o tempo escolar como referencial social, político e cultural e o que são as temporalidades que dele se apropriam, recriam e transformam, num processo que se interpenetra e interage mutuamente.

Por essa razão, o plano do livro está organizado em sucessivos sobrevoos da mesma problemática, o da emergência do tempo e das temporalidades da escola da modernidade na construção do Estado Nação e da busca da compreensão de como se enraizaram tão profundamente no presente que, por vezes, parecem constituir uma realidade irredutível.

Deste modo, no capítulo 1, ensaio um primeiro questionamento sobre a socialização nos sistemas de referência temporal da modernidade e o papel da escola na respetiva inculcação. No capítulo 2, procedo a um revisitação do processo histórico de constituição do território educativo da escola, enquanto, nos capítulos 3, 4 e 5 procuro desvendar os mecanismos associados à produção das temporalidades educativas através do ensaio de fórmulas organizacionais mais sofisticadas (cap. 3), à medicalização¹ dos problemas escolares resultantes da emergência das novas temporalidades (cap.4) e, finalmente, do lugar do currículo e dos programas na produção dessas temporalidades (cap.5).

Para os pilares originais da investigação, não posso deixar de referir os contributos, apesar de existirem muitos outros e importantes, dos trabalhos de David Hamilton, *Towards theory of schooling* (1989) e de G. Vincent, B. Lahire e D. Thin, “Sur l’histoire e la théorie de la forme scolaire” (incluída na obra coordenada por Guy Vincent, *L’éducation prisonnière de la forme scolaire? Scolarisation et socialisation dans les sociétés industrielles* (1994)². Em Portugal, foram incontornáveis os trabalhos de António Nóvoa, *Le Temps des Professeurs* (1987) e de João Barroso, *Os Liceus: Organização Pedagógica e Administração 1836-1960* (1995).

A génese deste trabalho começa no início da década de 1990, com a integração, por sugestão do Professor António Nóvoa, na equipa do pro-

-
1. Evidentemente, a utilização do termo *medicalização* sugere a utilização do conceito trabalhado por Peter Conrad (1992). No entanto, ainda se trata de uma analogia simples que exprime, no contexto das temporalidades escolares, a conversão das situações escolares em problemas clínicos, no âmbito da medicina. Pretendo abordar com mais profundidade esta temática num futuro próximo.
 2. Foi publicada uma versão em português deste texto, no Brasil, em *Educação em Revista*, Belo Horizonte, nº 33, jun/2001, pp. 7-47.

jeto *Histoire du Temps Scolaire en Europe*, coordenado por Marie-Madeleine Compère. O projeto estava a ser desenvolvido sob a égide do INRP (Institut National de Recherche Pédagogique³, (entretando extinto e substituído pelo Institut Français d'Éducation, localizado na Universidade de Lyon) e culminou com a publicação, em 1997, de um livro, em edição conjunta do INRP e das Edições Économica (Paris).

A obra reúne o contributo dos investigadores Herminio Barreiro Rodriguez, Jorgh Biehl, Pierre Caspard, Umberto Cattabini, António Carlos Luz Correia, Agustin Escolano Benito, Hans-Ulrich Grunder, Carlo Jenzer, Christoph Kodron, Dario Ragazzini, Philippe Savoie, Antonio Viñao Frago e Marie-Madeleine Compère, que coordenou a edição. O resultado do trabalho realizado em torno da emergência e afirmação de um tempo escolar em Portugal é apresentado no capítulo “Les représentations du temps dans l'organisation de l'école primaire publique au Portugal”.

A possibilidade de dar seguimento ao percurso investigativo nesta área surgiu algum tempo depois com a integração na equipa da Universidade de Lisboa que participou no Projeto *PRESTIGE – Problems of educational standardisation and transitions in a global environment* (1998-2000), apoiado pela União Europeia/TMR. A extensão do âmbito do *Projeto Prestige* ao contexto da Lusofonia, promovida por António Nóvoa, que dirigia a equipa portuguesa, criou uma oportunidade de aprofundamento e alargamento dos trabalhos de investigação sobre o tempo escolar em parceria com investigadoras das Universidades de S. Paulo, do Estado de Santa Catarina e Federal de Pelotas (Brasil) de que resultaram diversas publicações. No caso da temática do tempo escolar, em resultado da colaboração desenvolvida com Rita de Cassia Gallego, da USP, foi publicado, em 2004, na coleção dos Cadernos Prestige, o nº 21 com o título “Escolas Públicas Primárias em Portugal e em São Paulo: olhares sobre a organização do tempo escolar (1880-1920).

A exploração da temática do tempo e das temporalidades escolares foi ainda desenvolvida através do acompanhamento de alguns trabalhos de investigação, quer como co-orientador quer como membro de júris de provas

3. O INRP foi extinto através de um decreto de 28 de dezembro de 2010 e as suas atividades foram transferidas para a l'École normale supérieure de Lyon, exceto o Musée national de l'Éducation que foi incorporado no Centre national de documentation pédagogique. As atividades e a maior parte dos recursos humanos do INRP foram reorganizados no Institut Français d'Éducation, na École Normale Supérieure da Universidade de Lyon, em 18 de abril de 2011.

de doutoramento em Portugal e no Brasil⁴. Resultou ainda em alguns artigos e capítulos de livros dedicados a este assunto ou com ele relacionado⁵.

Neste percurso de abordagem da temática do tempo escolar, de há duas décadas para cá, tenho tido o privilégio de trabalhar e conviver com muitas pessoas, dentro e fora de Portugal. Com todas elas aprendi muito e tenho-lhes uma enorme dívida de gratidão e amizade. É impossível mencionar todas mas não poderia deixar de mencionar os nomes de António Sampaio da Nóvoa, Luís Miguel Carvalho, Jorge Ramos do Ó, Carlos Miguel Ferreira, Rita de Cássia Gallego, Vivian Batista da Silva, Denice Cattani e Marie-Madeleine Compère. Claro que qualquer erro ou fragilidade que possa ser encontrado no texto é da minha única responsabilidade e resultará da minha incapacidade em absorver tudo o que me ensinaram.

Por último, uma palavra acerca do âmbito cronológico, 1772-1950. A amplitude visa conseguir surpreender os momentos principais de transformação na estrutura dos modelos temporais e das temporalidades escolares. As balizas cronológicas utilizadas estabelecem um percurso, que, simbolicamente, se iniciou com a passagem do controlo formal da educação escolar para o Estado (Nóvoa, 1987, I: 67), através das reformas pombalinas do ensino (1759-1772) até à afirmação plena do modelo de organização escolar, com as reformas do ensino realizadas no período do Estado Novo, em particular com a do ensino liceal em 1947-48. Embora com algumas especificidades, a definição do Tempo Escolar fez-se através da construção de um modelo organizacional comum de ensino graduado, no ensino primário elementar e no ensino secundário liceal, cujo marco fundamental se localiza a partir das reformas de 1894/1896, nomeadamente, nos liceus com a Reforma de Jaime Moniz, em 1895.

-
4. *A Construção do Tempo Escolar na Modernidade Portuguesa: Modelos, Processos e Instrumentos de Uma Arquitetura Social e Cultural*, tese de doutoramento defendida por José Carlos de Magalhães Loureiro, na Universidade do Porto, em 2011; *O Tempo Escolar e o Encontro com o Outro: do ritmo à simultaneidade* tese de doutoramento defendida por Ana Sueli Teixeira de Pinho, na Universidade do Estado da Bahia, em 2012.
 5. “Entre o campanário da igreja e a sineta da escola: notas sobre a organização das temporalidades no ensino primário em Portugal (sécs. XIX-XX)” in Rogério Fernandes e Ana Chrystina Venancio Mignot, orgs. (2008), *O Tempo na Escola*, Porto: Profedições, pp. 123-137.